

## Verdades nuas: uma análise de caricaturas sobre os réus do mensalão

Wedencley Alves Santana <sup>1</sup>

### Resumo

O presente trabalho parte da Análise de Discurso para compreender a produção de sentidos em materialidades não-verbais, mais propriamente a caricatura. O artigo insere-se numa sequência de pesquisas acerca da relação entre mídia e discurso, naquilo que esse binômio pode informar sobre as sensibilidades e as violências contemporâneas. A partir de “singelos” traços humorísticos da caricatura, encontramos vestígios, sintomas e indícios de que, mesmo em sociedades democráticas como a nossa, o humor pode servir à imposição de verdades e ao silenciamentos de outros discursos. A caricatura aqui é um lugar de observação, capaz de trazer questões relevantes sobre a relação do discurso com textos não verbais, sobre o papel das imagens na mídia e sobre o lugar da mídia em nossas relações de poder.

*Palavras-chave:* Discurso. Caricatura. Poder. Imprensa. Mídia.

### Abstract

This study starts from the Discourse Analysis to understand the production of meaning in nonverbal materialities, more properly the caricature. The article results from researches on the relationship between media and discourse, and its effects about contemporary sensibilities and violences. From "sweet" caricatures, we find traces, symptoms and indications that, even in democratic societies like ours, humor can serve to impose truths and the silencing of other discourses. The caricature is able to bring relevant issues about the relationship of nonverbal texts with discourses, on the role of images in the media and on the place of media in our relationships of power.

*Keywords:* Discourse. Caricature. Power. Press. Media.

### Introdução

“Ao significar, o sujeito se significa”, reafirma a professora Orlandi (2007) referindo-se a um dos axiomas da Análise do Discurso Franco-Brasileira (doravante, AD). Isso significa efetivamente que o lugar de interpretação do sujeito, a posição-sujeito, é também o lugar discursivo em que se constitui o próprio sujeito, a posição

---

<sup>1</sup> Professor adjunto II da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) nos cursos de graduação e mestrado. Doutor em Linguística pela Universidade de Campinas (UNICAMP) e em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Líder do grupo de pesquisas em Comunicação e Discursos: Saúde, Sensibilidades e Violências. Participa do grupo EPOS (IMS – UERJ), com pesquisa em andamento financiada pela Faperj.

com a qual ele se identifica. Isso vale tanto para a relação do sujeito com a linguagem verbal, como para sua relação com outras linguagens.

Há outro axioma da AD, que praticamos: as ideologias se materializam em discursos que, por sua vez, se materializam numa textualidade qualquer. A textualidade em questão neste artigo são algumas das caricaturas publicadas no jornal carioca O Globo, semanas antes do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, da AP 470, mais conhecido como “o julgamento do mensalão”.<sup>2</sup>

Caricaturas têm uma função humorística clara. Ela faz rir e refletir. Ela é o lugar da liberdade do artista, e da percepção crítica da sociedade. Pelo menos é assim que costumamos vê-la<sup>3</sup>. No Brasil, ocupou lugar importante no jornalismo mais opinativo em vigor até os anos 50. Depois, em parte, perdeu espaço para a fotografia, mas se manteve numa página nobre, na maioria dos jornais, ao lado do editorial. (LIMA, 1963).

Apesar de ser associada constantemente ao discurso ácido, crítico e rebelde, a caricatura também pode ser um lugar de reafirmações discursivas, de efeito de evidência, de inscrição de arquivos e perpetuação de memórias institucionais. Pode ainda ser, por tudo isso, lugar de apagamento de outras memórias e silenciamento de outros discursos possíveis que, por isso mesmo, produzirão menor efeito de arquivo.

A intrincada relação entre poder e discursos, entre discursos e textualidades visuais, a partir das caricaturas, é o objeto deste artigo que ora apresentamos.

## Sobre dispositivos teóricos da AD

Discursivamente, o texto ou qualquer textualidade é um lugar de observação dos sentidos constituídos historicamente. Na AD, importa compreender as formações discursivas (doravante também FDs) que atravessam um texto ou uma textualidade (imagem, sonoridade, corporeidade etc) qualquer. São estas FDs que dotam o texto/textualidade de sentidos, como fios que constituem um tecido e que apontam para a posição que os interlocutores ocupam numa trama de dizeres, que transcendem o texto dito, escrito ou falado. A esta “trama” de dizeres, com os quais o sujeito se identifica – atribuindo-lhe valor de verdade – ou se opõe, chamamos memória discursiva.

<sup>2</sup> A autoria da caricatura é de Chico Caruso, mas discursivamente o que importa é menos o indivíduo e mais a posição ocupada pelo autor e sua relação com outros discursos. De forma que, ao longo do texto, não haverá mais referência individualizante ao autor.

<sup>3</sup> Mello (2003) sustenta que a caricatura é um gênero jornalístico opinativo.

Daí decorre uma consequência teórica que é o fato de que, para a AD, uma textualidade não faz sentido em si mesma, senão como materialização de sentidos já constituídos historicamente e submetidos ao jogo da enunciação, num processo contínuo de atualização e deslocamento da memória (ORLANDI, 2007).

Há uma genealogia do conceito de formação discursiva, importante para nossa apreciação das caricaturas, que pode ser dividida em três momentos: O primeiro, quando o conceito aparece na obra do filósofo francês Michel Foucault (2000); o segundo, quando é apropriado por Michel Pêcheux, fundador da AD; o terceiro, quando sofre uma série de deslocamentos já no interior da disciplina<sup>4</sup>.

Ao ser apropriado por Pêcheux, o conceito de FD articula-se numa sintaxe teórica em que o significante “ideologia” ocupa posição importantíssima, visto que o fundador da AD é um neomarxista.

Metaforicamente, podemos dizer que uma teoria é como um idioma, com seu léxico próprio (os conceitos), suas articulações sintáticas, sua gramática (ou as regras de produção de enunciados), sua semântica (o campo de sentidos constituídos por ela). As importações “lexicais”, portanto, de um idioma para outro, não podem ser vistas como imunes a deslocamentos de sentido. O conceito de formação discursiva, que em Foucault, corresponderia a regimes de saber, a *épistémè*, mantém a noção original de “regularidades de sentido”, mas incorpora, com Pêcheux, uma relação estreita com a teoria materialista da ideologia. Na formulação própria de Michel Pêcheux: “A formação ideológica tem com um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas” (2005), visto que a ideologia se materializa no discurso.

Dentro da gramática pecheutiana, o conceito de FD passa a dispor de uma outra semântica. Em meados da década de 70, isso significaria propriamente inserir o conceito de formação discursiva no âmbito do pensamento sobre a luta de classes, ou sobre as relações de dominação.

Hoje, terceiro momento, o conceito de FD mantém sua condição de materialização de relações ideológicas, mas o próprio conceito de ideologia é pensado não mais em termos exclusivos de relações de classes (sócio-econômicas), mas também em termos de relações entre grupos sociais – relações de poder<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Sobre uma análise detida destes deslocamentos, ver Guilhaumou (2005)

<sup>5</sup> Dito de outro modo, a AD manteve-se fiel a uma gramática do conflito, mas se abriu, para além da luta de classes, às relações de poder várias, como as de gênero, de orientação sexual, de cor e raça, de religião, de trabalho, de saberes, etc.

Ou seja: operou-se um processo de capilarização da identificação das relações de poder na sociedade, significando, curiosamente, um retorno parcial a algumas teses de Michel Foucault. Este retorno parcial, no entanto, não representaria o “abandono” da apreciação do Estado como o lugar de observação das relações de poder na sociedade, mas a adição, nas considerações sobre a questão discursiva, de outras instâncias mais sutis, mais dispersas e mais heterogêneas.

O conceito de FD sofreria ainda um outro deslocamento. Quando em 1975, Pêcheux se apropria do termo “assujeitamento” de Althusser, também este conceito se torna outro. O “assujeitamento” althusseriano é condição estrutural, dependente basicamente da luta de classes. Em Pêcheux, ele vai ser também “condição identitária”. Ao falar de “bom” e “mau sujeito”, Pêcheux está sugerindo que sujeitos são mais ou menos assujeitados a discursos, não por uma escolha, mas por questões determinadas pela história e pelo inconsciente.

Há uma longa discussão em Pêcheux, com muitos deslocamentos e reconsiderações, sobre a relação do sujeito com o ideológico, partindo de uma posição mais pétrea para a própria percepção de que “a ideologia falha” nos processos de interpelação dos indivíduos.

O conceito de FD segue o mesmo percurso: de condicionante das posições-sujeitos a condicionável pelas próprias relações com outras FDs, em que o sujeito se enreda.

Hoje o estatuto da FD é de uma matriz de sentidos, lugar de interpretação sobre um determinado objeto discursivo, de determinadas relações com o mundo e com o outro, em que a *heterogeneidade*, a *dispersão* e os *deslocamentos* contínuos são suas características de base.

Quando Pêcheux preconiza, para os analistas, “a quebra os espelhos” (num prefácio a COURTINE, 1984), é possível que quisesse ressaltar que é preciso considerar que as relações de poder mudam, e com elas mudam os processos de identificação do sujeito.

Essas mudanças são explicadas no quadro da AD a partir do conceito de interdiscurso: o exterior de uma FD formado pelas demais FDs, em constantes deslocamentos por conta de transformações históricas. Espaço heterogêneo, se uma FD confronta-se continuamente com outras FDs, concorrentes ou associadas, ela também vai ter seu interior constituído por atravessamentos daquelas outras formações.

Até agora demos bastante ênfase às relações de sentido, ou seja, às relações entre formações discursivas e interdiscurso, e entre formações discursivas e memória discursiva, e entre estes segundos termos. Mas é preciso reafirmar sempre que os discursos não têm uma dinâmica indiferente às relações de poder instituídas na história, não podem ser pensados fora do imaginário ideológico, conforme este se constitui nas relações entre grupos sociais.

Em outras palavras: os discursos não são etéreos, são práticas de dizer e produção de sentidos localizadas na sociedade empírica, no dia a dia dos homens, em suas relações de poder, em suas afecções. Em outras palavras, os discursos materializam formações ideológicas.

Um último conceito a ser trabalhado previamente é o de “fórmula discursiva”, proposto por Planque (2010). Trata-se de um termo ou sintagma linguístico, carregado de sentidos cristalizados, mas que também pode ser espaço de disputas. Em meio à análise, sugerimos uma reflexão sobre o aproveitamento deste conceito para análise de imagens.

## **Sobre dispositivos analíticos: o caso das caricaturas**

A análise de caricaturas ou linguagens não-verbais em geral apresenta proximidades e distâncias com relação àquela voltada para os textos. As proximidades dizem respeito ao conceitual discursivo que promove a compreensão das relações de sentido e de poder numa sociedade. Já as distâncias devem-se ao fato de que seria reducionista demais considerar a lógica das linguagens não-verbais dentro do modelo de análise de materialidades linguísticas.

Diante de um texto, o analista pode ser perguntar se as marcas linguísticas correspondem, de algum modo, a marcas discursivas. Ou seja, a atividade analítica é propriamente uma investigação, uma procura por vestígios discursivos numa superfície simbólica dada. Estes vestígios apontarão para regularidades ou para deslocamentos de sentidos, em tal ou qual formação discursiva – o objeto teórico privilegiado de uma análise discursiva.<sup>6</sup>

Diante de uma caricatura, a questão discursiva não é diferente: quais marcas gráficas podem ser consideradas vestígios de discursos, indícios de posicionamentos

---

<sup>6</sup> Não só vestígios de formações discursivas, mas também sintomas de posições-sujeitos (correspondentes àquelas formações) ocupadas por um indivíduo, e indícios históricos e ideológicos, do tipo de relações de poder sugeridas na materialidade discursiva.

ideológicos e sintomas de uma posição-sujeito ocupada pelo autor da caricatura? A questão é justificada porque o que se deve fazer sobre a caricatura ou sobre qualquer textualidade são propriamente perguntas discursivas e não linguísticas ou semiológicas.

No entanto, não nos parece resolvidos, com essa justificativa, todos os problemas metodológicos da análise de textualidades plásticas, gráficas ou visuais. É preciso considerar outro desafio, visto que a materialidade significativa se organiza de forma distinta: temos traços, formas, volumes e cores, e não fonemas, palavras e frases. Temos simultaneidade de informações e não progressividade linear. Trata-se de outra escrituração significativa, com outra lógica de enunciação, outras formas de leitura, que vão possibilitar diferentes formas discursivas e, por isso mesmo, produzir outros efeitos de sentido.

Prestam-se, no entanto, algumas medidas típicas do processo analítico aplicável às materialidades linguísticas. A primeira delas é partir do que chamaremos, metaforicamente, de a *dúvida cartesiana* da análise do discurso: o significante é um significante e só ganha sentido dentro de uma formação discursiva dada. Cabe ao analista duvidar de qualquer interpretação *a priori*, dado que a entrada do significante na ordem do sentido é, por definição, a entrada do significante na ordem do discurso. Fora dela, o significante é uma materialidade estéril, sinal sem vida.

## Leitura gráfica e intertextualidade



Figura 1

Para que a caricatura faça sentido, são necessários os mesmos movimentos da leitura de um texto: decodificação e interpretação.<sup>7</sup> Na decodificação da Figura 1, temos só bonecos (uns nus e outros vestidos) e um tabuleiro de xadrez<sup>8</sup>. Um pouco mais e o leitor conseguirá compreender a alusão a magistrados, pelos trajés que remetem a uma larga memória cultural. Também identificará, num nível básico, a metáfora de um jogo jurídico. Mas não estando a par dos discursos que atravessam a cena política nacional contemporânea, não conseguirá ir além da inteligibilidade e interpretar a caricatura – que aí sim fará sentido minimamente para o efeito-leitor<sup>9</sup> aparentemente proposto pelo artista.

Mas não só isso. Discursos verbalizados não garantem que o leitor consiga identificar cada personagem. Não é certo que o leitor saberá identificar ao centro o réu José Dirceu e o ministro Cesar Peluzzo, por exemplo, se não tiver sido exposto a intertextualidades visuais, veiculadas, possivelmente, pela mídia, e acompanhadas de textos escritos e falados com função designativa. É preciso que tenham sido apresentados a fotos, a outras charges e caricaturas de cada um ou de alguns dos personagens, devidamente identificados verbalmente.

Portanto, aqui temos duas condições: uma claramente intertextual, com a exposição do leitor a representações gráficas dos personagens; outra, claramente discursiva: com discursos que tratam do processo do “mensalão” como objeto de sentido. Como são discursos em disputa, com outras FDs, diremos que a segunda condição de leitura é *interdiscursiva*

Portanto, há não somente níveis de decodificação, como também níveis de competência interpretativa, que vai da mais básica à mais complexa, como no caso do leitor que conseguiria identificar ou ler a “atitude” de cada magistrado ou réu.

Entram em cena, portanto, neste segundo movimento de leitura, os lugares ou gestos de interpretação (posições-sujeito correspondentes a formações discursivas determinadas). São propriamente estes gestos – e suas leituras possíveis – o objeto de análise discursiva.

Uma segunda medida típica do processo analítico, esta mais operacional, é a necessidade de dessequencializar (o que na expressão verbal é também

---

<sup>7</sup> Podemos dizer que a incapacidade de ir além da decodificação é a limitação própria dos alfabetizados não funcionais. Interpretar, portanto, só é possível para o leitor letrado. Haveria, então, uma alfabetização gráfica funcional? Possivelmente, sim. Haveria uma competência gráfica bem específica para interpretar os enunciados de uma caricatura. É o que tentamos explicar nesta parte do texto.

<sup>8</sup> Que já mobiliza, neste nível mais primário, referenciais culturais evidentes.

<sup>9</sup> Efeito-leitor é o leitor ideal projetado pelo autor de um texto. Embora nem sempre encontre confirmação junto aos leitores empíricos, compreender o efeito-leitor de uma textualidade qualquer é entender a formação discursiva dominante naquela textualidade. Sobre definição de efeito-leitor, ver Orlandi (1999)

dessintagmatizar, COURTINE, 1982) as imagens em recortes menores, até identificar os enunciados, unidades mínimas do discurso<sup>10</sup>. A dessequencialização aponta para a subversão do percurso de leitura do próprio autor, ou do efeito-leitor proposto, ou de seus lugares de interpretação – para que o analista possa compreender não somente os gestos de interpretação do artista, no nosso caso, como também os outros sentidos possíveis – umas das missões da análise.

No caso de figuras, os percursos do olhar poderiam oferecer um trajeto interessante para compreender os “sintagmas” da tessitura visual. O problema é que, assim como os gestos de leitura de textos variam de acordo com as posições sujeitos assumidas pelos leitores, é evidente que também os gestos de leitura de imagens são constituídos por estas posições.

Por comparação, recorremos a um exemplo em materialidade linguística; uma frase como “Irei ao cinema amanhã”.

Neste simples exemplo, temos os seguintes gestos de leitura possíveis:

- 1 *Irei amanhã e não hoje*
- 2 *Irei ao cinema e não ao teatro*
- 3 *Não posso ir ao lugar que me convidas, porque irei ao cinema.*
- 4 *Estou afirmando que irei*
- 5 *Aviso que irei ao cinema amanhã, você vai?*

As análises pragmáticas e bakhtinianas já trouxeram contribuições inegáveis à compreensão linguística (PAVEAU & SARFATTI, 2005). As primeiras, apontando para os atos ilocucionários – promessa, ameaça, dúvida etc. As segundas, para o caráter indelevelmente dialógico dos enunciados. A AD francesa com a qual trabalhamos não ignora estas contribuições e as incorpora na concepção dos gestos de interpretação e das antecipações argumentativas, mas sempre relacionadas às posições-sujeito ou lugares de interpretação correspondentes a formações discursivas – matrizes de sentido – que se contradizem, numa memória discursiva com outras formações discursivas, e são marcadas sempre por relações de poder – formações ideológicas.

No caso exemplificado acima, bem prosaico, e que remete a uma situação cotidiana, as possíveis interpretações de “Irei ao cinema amanhã” dependem dessas relações de sentido e de poder que determinarão os percursos de leitura.

---

<sup>10</sup> Na análise lingüístico-discursiva, um enunciado é um recorte discursivo proposto pelo analista. Pode ser uma sequência textual, uma frase, uma locução, uma só palavra como uma partícula, ou até o produto de um silenciamento. A imagem atende a outra lógica, mas ainda assim deve ser pensada em seus componentes discursivos – enunciados visuais –, incluindo, os brancos nas telas.



Aplica-se, aqui, o mesmo princípio à leitura das imagens. Diversamente de teorias de vieses psico-fisiológicos ou gestálticos ou ainda semióticos<sup>11</sup>, que encontram na própria lógica da composição a produção de sentido na imagem, uma abordagem discursiva não poderá prescindir de analisar as posições-sujeito e as formações discursivas, que determinam percursos do olhar tanto do autor quanto do leitor.<sup>12</sup>

Na figura 1, temos um jogo de xadrez. De um lado os réus. De outro, os magistrados. No centro, as figuras representativas de Cesar Peluzzo e José Dirceu, que poderiam ser interpretados como líderes de cada lado. O jogo é uma prática que prevê vencedores e perdedores. O que aponta para a interpretação de que vitória ou derrota significa, nesse caso, livrar-se ou não da condenação – no lado dos réus –, condenar ou não conseguir condenar, no lado dos juízes.

O jogo opõe as figuras: opõe a justiça e os réus. Trata-nos como antagonistas. Não é acusação e defesa, mas justiça versus defesa – esse é o primeiro enunciado, possivelmente o enunciado-base desta FD analisada: a vitória da justiça é a vitória da condenação. O que pode remeter a alguns enunciados parafrásticos: a absolvição é a derrota da justiça ou a própria injustiça; justiça e condenação se equivalem; absolvição e ausência de justiça se equivalem.

Um segundo enunciado nessa primeira FD se materializa no significante “nudez dos réus”. No tabuleiro do xadrez, há duas posturas: os magistrados de frente; os réus olhando para “fora” do quadro, na direção do leitor. Uma leitura possível: olham na direção da sociedade, que os acompanha. Nus, estão envergonhados, alguns escondem suas partes. Encadeia-se já outro enunciado: os réus têm motivos para terem vergonha. Desnudos, nada os protege, nada os mascara. São todos iguais, não mais empresários, políticos, publicitários – apenas réus.

---

<sup>11</sup> Uma boa dissertação sobre teorias da imagem pode ser encontrada em Aumont (1995).

<sup>12</sup> Em suma, o que estamos defendendo aqui é que a questão discursiva não esgota a compreensão da imagem, mas traz contribuições para o entendimento de como a imagem – enquanto textualidade – pode fazer sentido.

Leitura gráfica e formações discursivas



Figura 2

Esse percurso do olhar é possível a partir de uma formação discursiva que indexaremos como FD1. Essa é a FD em que parece estar inscrito o autor. Mas não é garantido que este gesto de leitura seja o único. Outro gesto possível pode ser: o afronta da nudez indecente à lei, ao poder in(vestido), à falta de vergonha. Indexaremos esta como FD2 – uma variante mais acusatória de FD1, possivelmente, ligada à mesma formação ideológica.

Mas há outra FD possível: a que identifica na prática discursiva da caricatura em questão um espaço de humilhação dos réus. Ver os réus como humilhados diante da alta corte é uma leitura possível. Indexaremos esta formação como FD3.

A nudez, num tribunal, ato de suprema vergonha ou de descaramento ou de humilhação fazem desta imagem-significante um enunciado heterogêneo que pode ser apropriado por três FDs, duas parafrásticas – que aponta para sentidos correspondentes mesmo que diversos – e outra polissêmica, que aponta para um vetor totalmente outro de interpretação e que, por isso mesmo, sugere outra formação ideológica.

Todas, e outras possíveis, determinam não somente os gestos de leitura, mas a identificação do sujeito-leitor com os sentidos propostos pelo caricaturista ou sua completa contra-identificação. São lugares possíveis de leitura.

Vamos observar nas figuras seguintes os enunciados – já aqui como recortes visuais que apontam para regularidades e deslocamentos de sentido – de outras caricaturas.

As FD1, FD2 e FD3 podem ser retomadas agora na Figura 2. De novo os réus olham para fora do quadro. A quantidade de acusados é acentuada com a dúvida expressa em materialidade verbal: “Vai ter lanche pra todo mundo”.

Surge, no entanto, uma representação nova: a imagem que remete ao ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, à espreita. E esta figura aponta para sentidos equívocos. Nas três FDs, a figura de Lula, um significante, será interpretada diferentemente: alguém que escapa da justiça (condenação); alguém que se esconde da condenação (vergonha), alguém que está sendo julgado politicamente: respectivamente FD1, FD2, FD3.

### Leitura gráfica e fórmula discursiva



Figura 3

Encontramos na arte e na técnica da caricatura uma demonstração gráfico-discursiva do processo denominado “mensalão” – uma fórmula discursiva.

A fórmula discursiva aparece, conforme define Planque (2010), quando, em um momento do debate público, uma sequência verbal, identificável e quase-estável do ponto de vista de uma descrição linguística, vem funcionar nos discursos produzidos no espaço público como uma sequência tão partilhada quanto problemática.

Devemos nos perguntar se esta fórmula discursiva – o “mensalão” – além de trazer no seu cerne uma FD específica – a culpabilidade dos réus ou mesmo de um governo – também não foi instituída por inúmeras imagens que circularam na mídia nos últimos sete anos. Temos uma memória discursiva carregada de acusações

verbais, mas também de acusações visuais daqueles que estão no banco dos réus. O que nos leva a perguntar, portanto, se um conceito ótimo para a análise linguístico-discursiva também não ajuda a entender caricaturas como as analisadas aqui.

As fórmulas discursivas instituem uma memória, não unívoca, quase sempre polêmica. Memória esta que ganha, pela relevância dada pelas empresas jornalísticas, condições muito especiais de arquivo, de apagamento de outros sentidos, e de silenciamento de outros dizeres.

De certa forma, na trama da memória discursiva, é a FD3 – onde até a fórmula discursiva “mensalão” produzia efeitos de contra-identificação – que, ao longo da cobertura midiática, produziu o menor efeito de arquivo – e, por isso, possivelmente, é a que estabelece mais raros percursos de leitura. Com isso, as figuras aqui analisadas produzem um efeito de evidência, de verdade, que, mesmo sendo caricaturais, remetem a uma “compreensão” da realidade por parte da maioria dos leitores.<sup>13</sup>

Na Figura 3, com os réus – “chegando a gosto” – novamente nus e entrando no tribunal, sendo recepcionados por magistrados, a leitura possível dentro da primeira e segunda FDs é de que “está na hora já de fazer a justiça – condenação”. A FD3, possivelmente dissonante com relação ao gesto de interpretação do autor, sugere uma outra leitura, a de que os processos de humilhação penal e condenação política se avizinham.

Vamos desenvolver melhor a questão da relação entre humilhação e político, a partir da próxima caricatura.

---

<sup>13</sup> Se a interpretação necessita de um lastro intertextual, e se certos discursos sobre o mensalão foram menos textualizados, é evidente que falta lastro para outras interpretações possíveis, pelo menos para os não política ou juridicamente mais atentos. O que mostra o quão é intrincada a relação entre circulação de discurso, produção de memória, efeito de arquivo e compreensão da realidade. Pêcheux fala em “Esquecimento número 2”, ilusão de sentido: quando não percebemos que os sentidos são construídos historicamente. (PECHEUX, 1988)

Leitura gráfica e ideologia



Figura 4

É evidente que a auto-legitimação discursiva de setores da grande imprensa encontrará justificativas para tal atitude, a de pré-condenação dos réus. Não se discutirá aqui as FDs 1 e 2. O analista não deve colocar os discursos em julgamento. Mas os processos de humilhação pública, sugeridos pelas caricaturas, e especialmente pela Figura 4, onde figuram sem distinção velhos e moços, ricos e pobres, homens e mulheres, todos nus, devem ser observados como uma oportunidade única – em que pese a frieza de tal afirmação – para compreendermos muito de nossas relações políticas na contemporaneidade, e o lugar da mídia como espaço indiscutível e incessante de produção de afetos e sentidos.

É propriamente o momento em que, tendo partido da textualidade da caricatura, passamos paulatinamente a compreender muito das relações entre discursos e relações de poder ou formações ideológicas.

Os singelos (com todas as aspas) traços do caricaturista funcionam como indícios históricos das relações políticas contemporâneas; como um sintoma dos modos de subjetivação contemporâneos e um conjunto de vestígios não-verbais de discursos que caracterizam nossas relações sociais e políticas.

A condenação para-jurídica e a nudez sempre andaram juntas. Dos castigos medievais à Santa Inquisição; da escravidão aos julgados pelo tráfico e aos torturados

nas salas do DOPS, os algozes sempre deixaram nus suas vítimas. Naqueles trágicos anos 40, homens e mulheres foram condenados por serem de uma etnia insuportável para os intolerantes. E também eram levados nus às câmaras de gás.

A nudez, de traços caricaturais, inscreve o discurso sobre os personagens do chamado mensalão numa longa memória discursiva (memória do dizer) dos modos e processo de humilhação no Ocidente – que não cessou com as sociedades democráticas, muito pelo contrário.

São Haroche e Déloye (2007) que chamam a atenção para o fato de que a humilhação, na contemporaneidade, se apresenta como reveladora de paradoxos que atravessam uma sociedade que convoca os indivíduos a amarem, mas também a eliminar o outro, e, por mais que seja contraditório, estabelecendo os indivíduos – e acrescentamos aqui, os grupos sociais – como iguais e rivais.

Haroche afirma que a humilhação infligida ao adversário restaura hierarquias de maneira insidiosa e reconduz a clivagens sociais sob formas radicalizadas, levando às ocorrências extremas de coisificação e animalização. Nesse caso, a mídia, por meio da caricatura, despe e condena. Impõe-se como lugar de poder e autoridade. Ao mesmo tempo em que se significa como um lugar de poder e autorizada a humilhar.

A autora defende ainda que a humilhação aparece na contemporaneidade como um signo interior da dignidade perdida, mas também dos modos de restituição de hierarquias e distanciamentos vigentes nas sociedades da corte; em que pese a modernidade ser aquele momento histórico em que a compaixão e a dor dos homens, os mas comuns e infames, sejam a própria compaixão e dor da humanidade.

Os bem executados traços presentes nessas caricaturas remetem-nos, com a nudez dos réus, a possíveis gestos de leitura a depender também do matiz humorístico do discurso que se apropria destas imagens: da ironia – estariam nus por não terem defesa ou estariam nus de todas as suas vergonhas? - ao sarcasmo - homens e mulheres, velhos e novos, ricos e pobres enfileirados prontos para a execução.

Mas é difícil mesmo considerar que a função irônica sobreviva neste caso. Visto que a textualidade-caricatura encontra suporte num intertexto em que a mídia reconhece-se como janela da verdade, e sentinela moral das práticas e condutas humanas.

## Conclusão: uma palavra a mais

O efeito de evidência (nesse caso da evidência de culpa) autorizou jornalistas e editores a baixar as guardas ante qualquer pudor com relação às pré-condenações. Muitos debitarão este comportamento a motivações políticas, que evidentemente não devem ser descartadas.

Mas até que ponto a capacidade, muitas vezes bem sucedida, de pré-condenação não é constitutiva da própria ascensão dos complexos midiáticos nas sociedades em nossas sociedades contemporâneas. Em que sentido, não é justamente a humilhação uma marca contemporânea de nossos modos de subjetivação? E em que sentido, ato contínuo, os meios não nos dão a ver aquilo que somos nós mesmos?

Em que sentido esse não é propriamente o contraponto, o negativo que dá suporte à imagem de igualdade e compaixão com a qual costumamos, sujeitos hipermodernos, a nos reconhecer. Basta ver o grau de adesão às FDs 1 e 2.

É curioso que estes indícios da contemporaneidade se tornem fortemente localizáveis em caricaturas. Talvez por serem estas as caricaturas de nós mesmos.

## Referências

- AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- COURTINE, Jean-Jacques. Définition D'orientations Théoriques et Construction de Procédures en Analyse du Discours. In: *Philosophiques*, v.9, n°2, outubro, 1982
- \_\_\_\_\_. *Análise do Discurso Político: o Discurso Comunista Endereçado aos Cristãos*. São Carlos, SP: Edufscar, 2010.
- HAROCHE, Claudine; DÉLOYE, D'yves. *Les Sentiment D'humiliation*. França: Editions in Press, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.
- GUILHAUMOU, Jacques. “Aonde vai a análise de discurso? Em torno da noção de formação discursiva”. In: *Revista Língua e Instrumentos Linguísticos*. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
- MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- ORLANDI, Eni P. *Análise do Discurso: Princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Discurso e texto. Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas, SP: Pontes, 2007.
- PAVEAU, Marie Anne; SARFATI, Georges Élia. *As Grandes Teorias da Linguística da Gramática Comparada À Pragmática*. São Carlos, SP: Ed. Claraluz, 2005.

PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1988.

\_\_\_\_\_. *Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Edunicamp, 1995.

PLANQUE, Alice K. *A Noção de Fórmula em Análise do Discurso*. Quadro teórico e metodológico. São Paulo: Parábola, 2010.